

Auditoria do Tribunal de Contas denuncia que a Qualix, empresa responsável pela limpeza urbana, não desativou o depósito de lixo da Estrutural nem executou a coleta seletiva, exigências previstas em contrato

DF - Lixo

Kleber Lima/CB/14.6.04



INSTALADO AO LADO DO PARQUE NACIONAL, O LIXÃO DA ESTRUTURAL JÁ DEVERIA TER SIDO DESATIVADO. ANALISTAS AMBIENTAIS DO IBAMA E PESQUISADORES DA UNB JÁ ALERTARAM QUE O LOCAL OPERA EM CONDIÇÕES INADEQUADAS

# Lixão investigado

SAMANTA SALLUM  
DA EQUIPE DO CORREIO

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa decidiu ontem convocar a secretária de Meio Ambiente, Vanderli de Camargos, e representantes da Belacap e Qualix, empresa responsável pela limpeza urbana do Distrito Federal, para prestar esclarecimentos sobre as irregularidades no Lixão da Estrutural. Segundo auditoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) a Qualix, antiga Enterpa - Ambiental, não está cumprindo o edital de licitação, do qual, em 2000, foi a vencedora. Entre as exigências a serem cumpridas, estavam a desativação do Lixão e a execução de um programa eficiente de coleta seletiva.

A empresa tinha prazo de 18 meses para cumprir os itens do contrato firmado, por cinco anos, no valor de R\$ 360 milhões. A Qualix já recebeu bem mais que essa quantia e, no entanto, a situação do Lixão — que fere as normas ambientais — permanece irregular. Em sessão ordinária, no dia 22 de fevereiro, o TCDF determinou “regime prioritário” na tramitação do Processo 999/01 que apura possíveis irregularidades na execução do contrato entre a Qualix e a Belacap (órgão do GDF que supervisiona os serviços terceirizados de limpeza pública).

Segundo o Tribunal, a decisão é necessária por “envolver área prioritária do governo e pela gravidade dos fatos noticiados”. Representação do Ministério Público junto ao TCDF denunciou deficiências na execução do contrato como, por exemplo, a exigência de ajustes e reformas nas usinas e aterros de lixo. Também destacou falha na implantação da coleta seletiva, classificada como “tímida iniciativa”, e que no edital era uma obrigação a ser cumprida.

## ANÁLISE DA NOTÍCIA

### Medidas urgentes

CARLOS ALEXANDRE  
DA EQUIPE DO CORREIO

*Problema ambiental de gravidade alarmante, o Lixão da Estrutural está adquirindo contornos cada vez mais preocupantes. Com a convocação da secretária de Meio Ambiente à Câmara Legislativa para explicar o contrato entre o GDF e a Qualix, o principal depósito de lixo de Brasília passou a se tornar um assunto sobre gestão de recursos públicos. O processamento de detritos em grandes centros urbanos é um negócio milionário, que precisa de uma investigação criteriosa para identificar possíveis desvios. Se eventuais irregularidades*

*no contrato de R\$ 360 milhões com a empresa responsável pela coleta de lixo no DF ainda precisam vir à luz, os problemas ambientais estão cada vez mais explícitos. E, caso não sejam sanados com urgência, podem causar um desastre com conseqüências nefastas para todos os brasileiros — ricos ou pobres, conscientes ou omissos.*

*Há anos as autoridades conhecem o risco que o Lixão representa para o Parque Nacional de Brasília. Sem a proteção recomendada para áreas de grande concentração de detritos, o Lixão é um câncer que pode contaminar de maneira irreversível a reserva ambiental mais importante do DF.*

*Afora o dano ambiental, existe um alarme social ao qual as autoridades insistem em fazer ouvido mudo. As centenas de famílias instaladas no local correm um sério risco de saúde, como apontam relatórios preparados pelo Ibama e UnB.*

*Com a interferência da Comissão de Meio Ambiente da Câmara e a investigação requerida pelo TCDF, espera-se que o Poder Público consiga dar passos mais firmes rumo à recuperação do Lixão. É um processo lento, mas urgente. Planejamento urbano, saúde pública e preservação ambiental são políticas públicas que têm um custo bem menos oneroso quando feitos preventivamente.*

#### Prejuízos

A representação do Ministério Público alerta que o serviço contratado da Qualix tem “implicações diretas à saúde da população e ao meio ambiente e que, por assim ser, pode gerar prejuízos imponderáveis e danos irreparáveis”. Aponta ainda para a possibilidade de aplicação de multa por ter deixado de recolher lixo, em setembro do ano passado, devido a uma greve de garis. O TCDF cobra a realização de campanha publicitária sobre coleta seletiva, de forma a orientar e motivar a população. Tal item também estava previsto no edital e não foi cumprido.

O Tribunal já pediu explicações à Belacap sobre o fato de vários serviços da Qualix estarem abaixo das estimativas apresentadas na licitação e cobra que o Lixão, também conhecido como

aterro do Jóquei, seja adequado às normas ambientais. Pediu ainda esclarecimentos sobre a atuação da Secretaria de Meio Ambiente na fiscalização dos depósitos de lixo.

“Temos que apurar duas graves irregularidades que se referem ao Lixão. A primeira é o desrespeito às normas ambientais. E a segunda, a suspeita da má aplicação dos recursos públicos. O governo contratou uma empresa que deveria ter resolvido o problema do Lixão. Ela recebeu dinheiro para isso e não cumpriu as metas”, destaca o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa, deputado Augusto Carvalho (PPS).

Levantamento do gabinete do deputado, mostra que o Governo do Distrito Federal (GDF) já repassou cerca de R\$ 500 milhões à Qualix desde 2001. “Temos ainda

o problema das 535 famílias que vivem sobre o antigo aterro. Um perigo à saúde das pessoas”, aponta. Reportagem do **Correio**, publicada segunda-feira, mostrou as péssimas condições de vida de centenas de famílias que estão numa região condenada pelo Ministério da Saúde. A área foi apontada em relatório nacional entre os terrenos contaminados de risco à saúde pública. Carvalho e outros parlamentares vão na próxima semana fazer inspeção no local.

#### Contaminação

Analistas ambientais do Ibama e pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) já alertaram que o Lixão opera em condições inadequadas. É uma ameaça à qualidade de água que abastece o Plano Piloto. As toneladas de lixo despejadas na região, durante dé-

cadadas, contaminaram o lençol freático com chorume — líquido altamente tóxico que resulta da fermentação dos resíduos. É necessário desativar o aterro para impedir que a contaminação chegue até o Parque Nacional, onde está a represa Santa Maria.

Além disso, Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), encomendado pelo GDF para fixar os 25 mil moradores da Estrutural condiciona a regularização ao fechamento do aterro. “O chorume não é devidamente controlado. Aquele Lixão tem de ser desativado. Está ao lado do Parque Nacional e ao lado de uma enorme ocupação humana”, reforça o professor Gustavo Souto Maior do Núcleo de Estudos Ambientais da UnB.

A Belacap informou que o Lixão não pôde ser desativado porque depende que o governo encontre outro local para servir de aterro. Uma das áreas previstas no edital era em Ceilândia. “O Lixão da Estrutural deve ser mesmo fechado, mas, por enquanto, não temos outro local para substituí-lo. Dependemos da liberação dos órgãos ambientais”, explicou Expedito Apolinário Silva, diretor de operações da Belacap, que supervisiona o serviço da Qualix. Ele afirmou que os serviços da Qualix são satisfatórios. “Não temos queixas em relação a descumprimento do edital e nem temos conhecimento de irregularidades investigadas pelo Tribunal, apenas de auditorias de rotina.” O contrato termina no fim do ano.

A Secretaria de Meio Ambiente, por meio da assessoria de imprensa, confirmou que o Lixão será desativado, mas que não há previsão para isso porque ainda estuda locais alternativos para depósito de lixo. A secretária Vanderli de Camargos informou que está à disposição da Câmara Legislativa para prestar todos os esclarecimentos possíveis. A data da convocação ainda não foi marcada.

## ENTENDA O CASO

### Impasse dura cinco anos

*Em 2000, a Empresa Ambiental venceu licitação para assumir os serviços de limpeza pública do Distrito Federal - contrato de cinco anos, no valor de R\$ 360 milhões. Além de recolher o lixo das ruas e residências, a empresa tinha de dar tratamento aos resíduos. Outra exigência era desativar o Lixão e implantar coleta seletiva.*

*Em 2001, o Tribunal de Contas do DF (TCDF) abriu processo de fiscalização para acompanhar a execução do contrato. Começou a identificar falhas e descumprimento de itens e prazos do edital. A Empresa mudou de nome e virou Qualix. O Ministério Público entrou no ano passado com nova representação contra a empresa.*

*No dia 22 de fevereiro, o TCDF decidiu apressar o processo de auditoria, determinando prioridade ao caso. O contrato da Enterpa acaba no final deste ano. E o Lixão permanece operando de forma irregular, ferindo normas ambientais.*